

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Reflections On Race Relations In The Educational
Context

Reflexiones Sobre Las Relaciones Raciales En El
Contexto Educativo

Cynthia Cristina do Nascimento
Mestranda em Educação pela Universidade
Federal de Mato Grosso (UFMT), do Programa
de Pós-Graduação em Educação
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5211-606X>
E-mail: cynthia.nascimento@ufmt.br

Maria Aparecida Rezende
Doutora em Educação pela Universidade do
Estado Federal de Mato Grosso (UFMT), do
Programa de Pós-Graduação em Educação
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8194-2443>
E-mail: rezemelo@gmail.com

Como citar este artigo:

NASCIMENTO, Cynthia Cristina do; REZENDE,
Maria Aparecida. Reflexões sobre as Relações
Raciais no Contexto Educacional. In **Revista de
Comunicação Científica – RCC**, Mai./Ago., Vol. I,
n. 12, p. 47-56, 2023. ISSN **2525-670X**.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume I, número 12 (2023)
ISSN 2525-670X

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Reflections On Race Relations In The Educational Context

Reflexiones Sobre Las Relaciones Raciales En El Contexto Educativo

Resumo

O trabalho caracteriza-se como um relato de experiência porque traz a percepção das autoras como integrantes do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso e a vivência na disciplina de Seminário Avançado II. Que por meio de sua ementa possibilitou aproximação de um quadro teórico-metodológico dos estudos sobre relações raciais no Brasil, aprofundamento das condições teórico-reflexivas que auxiliaram a compreender de forma crítica o processo educacional no contexto das relações raciais na sociedade brasileira, em suas interseccionalidades. Neste contexto propomos um breve resgate da sistematização epistêmica oriunda das aulas.

Palavras-chave: Relações Raciais. Interseccionalidade. Educação

Abstract

The work is characterized as an experience report because it brings the authors' perception as members of the Graduate Program of the Master's in Education at the Federal University of the State of Mato Grosso and the experience in the discipline of Advanced Seminar II. That through its menu made it possible to approach a theoretical-methodological framework of studies on race relations in Brazil, deepening the theoretical-reflexive conditions that helped to critically understand the educational process in the context of race relations in Brazilian society, in its intersectionalities. In this context, we propose a brief rescue of the epistemic systematization arising from the classes.

Keywords: Race Relations. Intersectionality. Education.

Resumen

El trabajo se caracteriza como un relato de experiencia porque trae la percepción de los autores como miembros del Programa de Posgrado de la Maestría en Educación de la Universidad Federal del Estado de Mato Grosso y la experiencia en la disciplina del Seminario Avanzado II. profundización de las condiciones teórico-reflexivas que ayudaron a comprender críticamente el proceso educativo en el contexto de las relaciones raciales en la sociedad brasileña, en sus interseccionalidades. En este contexto proponemos un breve rescate de la sistematización epistémica surgida de las clases

Palabras clave: Relaciones Raciales. Interseccionalidad. Educación

Introdução

A disciplina Seminário Avançado II - Movimentos Sociais Políticas e Educação Popular: Ênfase em Relações Raciais e Educação, ministrada no segundo semestre de 2022, faz parte da linha de pesquisa do Programa de Mestrado em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) que se dedica a estudos sobre educação, e estabelece conexões com conceitos como democracia, relações raciais, ambientalismo e movimentos sociais, sobretudo no âmbito da filosofia política e das ciências sociais. Nessa disciplina, coordenada pelas professoras Dra. Ana Luísa Alves Cordeiro e Dra. Maria Aparecida Rezende, foram abordados diversos tópicos relevantes. Inicialmente, foram exploradas as teorias racialistas do século XVIII e XIX na Europa, desde a filosofia iluminista até o racismo, com destaque as políticas de branqueamento no Brasil e as políticas eugênicas na formação da identidade nacional brasileira. Além disso, foram apresentadas as interpretações clássicas das desigualdades raciais no contexto brasileiro e as intersecções entre raça, gênero, sexualidade e classe. A discussão sobre a desigualdade racial no sistema educacional brasileiro também foi abordada, com a importância da educação das relações étnico-raciais e a aplicação das Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008.

O objetivo central da disciplina foi proporcionar um quadro teórico-metodológico dos estudos sobre relações raciais no Brasil, que permitiu o aprofundamento reflexivo necessário para compreender de forma crítica o processo educacional no contexto das relações raciais na sociedade brasileira, considerando suas interseccionalidades. A metodologia adotada na disciplina consistiu em realizar dialogados dos textos a partir de seminários temáticos e produção de resenhas, de modo a possibilitar o envolvimento e a participação das/os discentes. As professoras realizaram mediações e intervenções pedagógicas sempre que necessário.

Nosso objetivo em participar da disciplina foi aprofundar o conhecimento sobre relações étnico raciais e desenvolver habilidades para refletir sobre questões que precisam ser abordadas em relação aos diversos fenômenos interconectados que permeiam a experiência universitária das mulheres negras quilombolas. Tendo-as como sujeitas de pesquisa, busco compreender a trajetória universitária das mulheres quilombolas participantes do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas

(PROINQ) na UFMT, no campus Cuiabá, a fim de verificar as condições que possibilitam o acesso e permanência delas, bem como, fatores interferentes para o afastamento do ambiente universitário.

A partir das reflexões realizadas, fica evidente a importância de compreender e problematizar as relações raciais na vivência universitária da mulher negra quilombola. Nesse sentido, a próxima seção consolida os principais conceitos e teorias discutidos e propõe uma breve sistematização epistêmica das dinâmicas sociais e educacionais envolvidas

O Seminário Avançado II como Ferramenta de Diálogo

Os efeitos dos processos de dominação vividos no período colonial, ainda podem ser sentidos na contemporaneidade. Demonstrando a continuidade das estruturas de poder e opressão pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno (QUIJANO, 2005). As práticas discriminatórias marcam a história da população negra, o racismo segue se metamorfoseando ao longo do tempo. Estudos de Moore (2007) contribuem para compreensão da constituição do racismo e a construção das bases da relação racial contemporânea. A fim de exemplificar, o autor traz as sociedades greco-romanas alicerçadas nas diferenças entre os seres humanos, seguindo uma visão raciológica determinada a partir da anatomia, fenótipo e da personalidade humana. O autor salienta ainda, que o racismo não foi contido pela evolução do conhecimento e desenvolvimento da humanidade, mas utilizou-se de argumentos pseudocientíficos e da comparação racial, para justificar o processo de escravização e dominação. Além disso, destaca que tal violência é perpetuada pela sociedade por meio de instituições, práticas culturais e sociais. Argumenta ainda, que a educação acaba por reproduzir e sustentar o racismo por estereótipos, preconceitos e na falta de representatividade nos espaços educacionais.

Neste contexto, no tocante as identidades de gênero, Moore (2007) assinala como as noções de masculinidade e feminilidade foram criadas e estereotipadas na sociedade de forma a justificar a subordinação das mulheres e como essas foram, frequentemente, comparadas a animais ou agrupadas em categorias, como forma de controle e opressão. Além disso, assegura que a política de miscigenação foi um

grande crime contra a mulher. Outro ponto importante destacado é de que o racismo e sexismo são universais, sendo dinâmicas determinadas e construídas historicamente, que persistem na consciência contemporânea de forma simbólica e atemporal.

Em vista disso, as produções das teorias científicas racialistas, conforme Todorov (1993) elucida em sua obra, ampliam o espaço geo-histórico do racismo, à medida que a ideologia da hierarquização das raças é legitimada pelas ciências. Elas, amparadas por um conjunto de doutrinas, que buscam justificar a naturalização da escravidão, situando o nós e o outro a partir de categorias valorativas e/ou depreciativas. Ademais, Todorov (1993) complementando sua ideia, ao apresentar uma distinção entre o racismo, um comportamento antigo de extensão universal, e o racialismo, um movimento de doutrinas. Ambas as dimensões corroboram para manutenção dos processos discriminatórios.

De modo que, discursos ideológicos também estão presentes na história da população negra no contexto brasileiro. As reflexões trazidas por Telles (2003) são importantes para compreendermos a formação racial do país e como os estereótipos nacionais, no contexto pós-abolição, foram utilizados para encobrir o racismo. Embora, a população negra, indígena e mestiça fosse vista como um fator de degradação nacional, a ideia de "democracia racial" elaborada no século XX sugeria uma suposta harmonia entre as raças. No entanto, o objetivo real era alcançar o branqueamento da população. É interessante perceber como essas tendências teóricas são utilizadas politicamente na estruturação do pensamento social brasileiro.

Os estudos das relações raciais passam a ser campo de interesse acadêmico, a discussão sobre discriminação racial está entrelaçada a desigualdade social, as diferentes correntes de pensamento caracterizam a forma como se exerce o preconceito racial no Brasil, são abordadas por Osorio (2008), que as apresentam sistematizadas em três ondas, compostas por teóricos como: Gilberto Freyre (1994), Donald Pierson (1945), Florestan Fernandes (1965) Oracy Nogueira (1998) e Fernando Henrique Cardoso (2000), dentre outros. Demonstrem elementos que interagem na manutenção do racismo na sociedade moderna de classe.

No período pós-escravidão, a ideologia de branqueamento do século XIX visava alcançar a pureza étnica, por meio da miscigenação racial. Essa ideologia era

baseada em práticas racistas, segregacionistas e etnocêntricas. A presença da população negra no Brasil é marcada por dificuldades para sua cidadanização e assimetrias que a privaram de condições materiais, culturais e simbólicas para competir com os demais. Isso deixou essa parcela da sociedade excluída do processo de desenvolvimento do país.

As teorias raciais, a política de incentivo à imigração e o processo de mestiçagem/branqueamento do povo brasileiro, seguem fundamentos ontológicos da racialização, assinalados pela herança do colonialismo e do mito da democracia racial. O que resultou, portanto, em como a população negra foi e, por vezes, é violada, ao não contar com apoio de políticas públicas. Ao mesmo tempo que o racismo, segundo Moore (2007), blinda os privilégios dos segmentos hegemônicos e cria processos sistêmicos de estigmatização e subalternidade.

Muitas foram as formas de resistência que a população negra adotou na luta pela manutenção da sua identidade e história. Diferentes estratégias aparecem na organização histórica da população negra, dentre elas os quilombos e, posteriormente, as múltiplas expressões do Movimento Negro. Os quilombos, segundo Munanga (2019) são importantes territórios de contraposição às opressões, não só um espaço de refúgio e resistência, mas um novo sistema social, por seus modos de ser e viver.

Beatriz Nascimento, figura importante no Movimento Negro brasileiro, apontava em sua trajetória e pensamento outros aspectos da resistência quilombola no final dos anos 1970, destacando como as lideranças negras representavam o quilombo de diferentes maneiras, com novas conotações, que se deslocavam para a formação de favelas, escolas de samba e organizações do movimento negro, tomando novas formas conforme o contexto em que emergem (RATTS, 2007).

O racismo faz parte de uma ideologia assentada na base de fundação do Brasil, durante o período colonial, ao constituir uma estrutura de poder que consolida ao longo da história do país o lugar de privilégio da branquitude, mantida e reforçada pela ideologia e prática do racismo. Essa barreira impede a superação das desigualdades, perpetuando a opressão e exploração de determinados grupos sociais, em especial da população negra. Nesta esteira, Hassenbalg (1982) assinala que as desigualdades raciais são resultado de um sistema estrutural que perpetua a exclusão e a

marginalização da população negra. Essa estrutura assimétrica de oportunidades sociais é resultado da história de opressão e exploração que marcou o processo de constituição do país e que se mantém até os dias de hoje. Isso posto, podemos compreender que as formulações sociais contribuem para a reprodução do racismo na sociedade, o que reforça a importância de combatê-las por meio de políticas públicas e ações afirmativas.

Fazemos parte de um constructo social, no qual a população negra é estereotipada cotidianamente, seus modos de vida constantemente negados, ao persistir discursos ancorados na democracia racial. Por essa perspectiva desconsidera-se a complexidade com que o racismo se comporta na sociedade. Essas concepções têm sido perpetuadas ao longo do tempo por diversas formas de comunicação e instituições. O efeito psicológico da discriminação pode ser a introjeção da ideia de inferioridade, e reforça a estrutura de poder que perpétua a opressão racial sobre as pessoas negras.

Compreendemos então, neste contexto que, estamos diante de um sistema normativo que objetifica corpos negros, perpassa por relações de poder e controle social. A mulher negra carrega marcas da negação, do controle de sua subjetividade, pelo legado escravagista e pelo patriarcalismo, entre outros modernos aparatos coloniais que subjagam esse grupo. Deste modo, a mulher racializada além dos fatores citados são obliteradas em virtude do gênero (NASIMENTO, 1976, apud RATTS, 2007).

Os processos organizativos de mulheres negras, surgem como expressões coletivas de mobilização política, impulsionadas por demandas específicas. Dentro desses movimentos, muitas foram as ativistas que tiveram protagonismo, que com suas trajetórias contribuíram para desenvolvimento e desdobramento do Feminismo Negro brasileiro.

Deste modo, o Feminismo Negro contribui como abordagem teórica que busca amplificar a representatividade e a experiência das mulheres negras, ao mesmo tempo, em que busca expor e combater os atravessamentos que esses corpos sofrem. É uma perspectiva interseccional por natureza, que reconhece a interconexão entre raça, gênero, classe entre outras opressões. Na década de 1980, estudiosas negras brasileiras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, dentre outras, anunciam a articulação

dessas categorias. Ocuparam-se da militância e investimento intelectual na descolonização do conhecimento, referenciadas pelas experiências de mulheres negras e suas lutas por emancipação.

O termo "interseccionalidade" sistematizado pela intelectual estadunidense Kimberlé Crenshaw e amplamente difundido na atualidade por Carla Akotirene (2019). Ele é utilizado como uma ferramenta teórica e política para analisar as possíveis relações e interconexões entre diversos marcadores sociais. (FIGUEIREDO, 2020). Segundo Akotirene (2019), as mulheres negras são sobrepostas a discriminações, a condicionantes sociohistóricas, como o racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que contribuem para mantê-las fora do mercado de trabalho. Tais dimensões historicamente construídas, ancoradas nas categorias gênero e raça, importantes marcadores sociais, que atravessam a trajetória pessoal e coletiva das mulheres negras. Assim, a interseccionalidade é uma relevante ferramenta analítica e política para o compreender as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres negras e quilombolas.

Tem sido pauta constante do Movimento Negro, a luta pela garantia do acesso à educação, uma vez que, ao longo da história a população negra foi alvo de um processo de exclusão desse direito. Neste sentido Oliveira e Sacramento (2010), acentuam como obliteração desse direito contava com impedimento legal. Essas desigualdades persistem na atualidade, no entanto, a implantação de ações afirmativas, tem em certa medida, contribuído para democratização do acesso à educação com viés da reparação histórica das desigualdades raciais no país.

Pensando o aspecto educacional, Cavaleiro (2000) assegura que a criança negra, no que se refere às relações étnicas estabelecidas no espaço da pré-escola e no ambiente familiar, é socializada para o silêncio e submissão. Ademais, complementa que a experiência escolar pode ser repleta de violências invisíveis com efeitos nos diversos campos da vida social do indivíduo.

Mesmo com os avanços e políticas para acesso da população negra no sistema educacional, a mulher quilombola, ainda continua enfrentando barreiras materiais e simbólicas para conseguirem traçar trajetórias. A universidade, como apontado por Cordeiro e Auad (2021), é historicamente demarcada como um "não-lugar social" para a maioria minorizada (SANTOS, 2021) inclusive para a mulher negra e quilombola.

A presença de estudantes quilombolas na universidade viabiliza uma nova produção epistemológica, com corporeidades outras, por meio de suas experiências socioculturais e saberes tradicionais, corrobora para superação do racismo e de outras formas de preconceito e de discriminação, oportuniza, então, a universidade repensar a sua relação com o conhecimento. As ações afirmativas, segundo Gomes (2011), trazem em si uma nova pedagogia, a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes.

Algumas considerações

A disciplina nos proporcionou uma visão ampliada das práticas discriminatórias enfrentadas pela população negra ao longo da história, assim como a compreensão das bases da relação racial contemporânea. Ficou evidente a invisibilidade da mulher negra tanto na historiografia da população negra quanto no processo de produção e disseminação do conhecimento acadêmico. Diante dessa realidade, a disciplina enfatizou a importância do Feminismo Negro como ferramenta de resistência e emancipação para a mulher negra, ao desafiar as estruturas de opressão.

Dessa forma, a disciplina se apresentou como uma oportunidade relevante para a formação do grupo, e forneceu suporte teórico para realizarmos análises aprofundadas das relações raciais e sua influência no campo educacional brasileiro.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólem, 2019.
- CAVALLEIRO, Eliane dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de Resistência de Negras Cotistas Lésbicas e Bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, e82622, 2021.
- FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso 23 mar. 2023.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos A. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

OLIVEIRA, Iolanda de; SACRAMENTO, Mônica. Raça, currículo e práxis pedagógica: relações raciais e educação – o diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério. In: **Cadernos 8 PENESB**. Especial ERER – Periódico do programa de educação do negro na sociedade brasileira n. 12. FEUFF, Niterói: ALTERNATIVA/EdUFF, 2010, p. 205-279.

SANTOS, Richard. **Maioria Minorizada: um dispositivo analítico de racialidade**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2003. THEODORO, Mário (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

Recebido: 21/03/2023

Aprovado: 20/04/2023

Publicado: 01/05/2023